



Avaliação Ambiental Estratégica

REGIÃO COSTA NORTE

- Identificação e Consulta Atores Sociais Relevantes -



Julho / 2007

Sumário

1. Planejamento	30
2. Estratégia de Participação dos Atores da CN – Proposta	31
3. Considerações Finais	35

Figura

Figura 1 — Componentes do Comitê de Acompanhamento 32

Figura 2 — Reuniões estaduais e regional 33

IDENTIFICAÇÃO E CONSULTA AOS AGENTES SOCIAIS RELEVANTES

1. Planejamento

Para a identificação e mobilização de atores sociais realizou-se, inicialmente, um mapeamento de instituições governamentais, privadas, organizações não governamentais e universidades atuantes na CN em torno das questões ambientais, econômicas, sociais e institucionais mais relevantes para o desenvolvimento local e regional. O MTur e as Unidades Executoras Estaduais (UEE) dos três estados deram apoio para a realização da visita, cujas reuniões envolveram, quando possível, vários atores de um mesmo grupo de interesse (prefeituras municipais, universidades, *trade*, *p.ex.*).

Foram realizadas um total de 92 reuniões na CN¹: 34 no Ceará 27, no Piauí e 31 no Maranhão². A maioria das reuniões com os empreendedores do turismo, o *trade*, envolveu representantes de várias categorias, como hotéis, pousadas, restaurantes, agências de viagem, guias, toyoteiros. A completa identificação dos atores sociais na CN ocorreu ao longo de uma série de visitas a campo, em especial para a identificação das instituições da sociedade civil atuantes nos segmentos de turismo e de meio ambiente, com análise dos processos participativos instituídos (Conselhos de Turismo e Meio Ambiente, principalmente), com vistas a propor mecanismos de facilitação da participação da sociedade no processo de planejamento do desenvolvimento do turismo na região.

As informações obtidas na visita à CN foram essenciais não apenas para conhecer as peculiaridades da região, mas para estabelecer as bases para a formação da proposta de acompanhamento das atividades da AAE, como apresentada, a seguir. O material de base para a visita a campo assim como a relação dos agentes envolvidos na CN encontram-se no **ANEXO 3**.

¹ Relatório específico sobre as visitas à região de estudo foi enviado ao MTur, contendo todas as atas das reuniões realizadas.

² Ceará (Governo-17, *Trade*-9, ONG-6 e Universidade-2), Piauí (Governo-13, *Trade*-6, ONG-7 e Universidade-1), Maranhão (Governo-20, *Trade*-5, ONG-3 e Universidade-3).

2. Estratégia de Participação dos Atores da CN – Proposta³

A participação é uma dimensão essencial e diferenciadora da avaliação ambiental estratégica.

Por isso, o instrumento central desse processo de avaliação não é uma reunião ou uma oficina, mas um Comitê de Acompanhamento. Uma instância que reúne, periodicamente, os atores mais representativos e legítimos do território.

O Comitê tem os seguintes objetivos:

- fornecer as informações que se fizerem necessárias ao bom desempenho da AAE/CN;
- avaliar o material que lhes for enviado pela equipe do LIMA/COPPE/UFRJ;
- integrar conhecimento da população e validar as análises; e
- propor sugestões quando considerarem pertinente de modo a que a AAE/CN alcance seus objetivos.

Com esses objetivos, a rotina proposta para a dinâmica de funcionamento do Comitê de Acompanhamento envolve, dentre outras:

- identificação dos anseios e preocupações dos participantes;
- recebimento de sugestões de integração de outros atores sociais;
- obtenção de subsídios e indicações de fontes de informação;
- envio do material a ser discutido nas reuniões;
- disponibilização, em *site*, dos relatórios contendo informações relevantes elaborados pela equipe do LIMA/COPPE/UFRJ;
- avaliação dos comentários enviados e incorporação das sugestões consideradas relevantes para a AAE/CN; e
- elementos para identificar prioridades nas ações propostas.

Dessa forma, a participação é um contínuo na AAE e não um simples evento de auscultação da sociedade, como ocorre, comumente, nos licenciamentos ambientais e nos planos diretores.

O Comitê deveria ter as seguintes atribuições após conclusão da AAE/CN:

- criar parceiros no acompanhamento da evolução do território em função dos indicadores socioambientais definidos e das recomendações propostas;
- acompanhar a implementação dos programas, planos e políticas públicas (PPPs) que incidem sobre a CN;
- identificar e validar a avaliação dos impactos socioambientais destes PPPs, em conformidade com os indicadores aprovados; e
- fazer sugestões e recomendações aos órgãos públicos estatais, em função dos impactos e seu acompanhamento.

³ O levantamento inicial da participação social na CN se mostrou insuficiente diante da expectativa do MTur de estruturar as bases para o envolvimento futuro das representações regionais no contexto do PDITS-CN, assim, por decisão do MTur foi ampliado o levantamento na região e elaborada proposta para estruturar o processo de participação social nas AAE do setor de turismo.

O Comitê deveria ter na sua composição:

- atores das três instâncias governamentais (municipal, estadual e federal), tanto da administração direta quanto indireta;
- representantes do *trade* turístico: meios de hospedagem, alimentação e transporte, além das agências de viagem e operadores de turismo que atuam na região e suas associações setoriais;
- representantes da sociedade civil organizada, particularmente ONG ambientalistas; e
- atores de apoio técnico, como Universidades e Sistema S, particularmente o Sebrae.

Portanto, o Comitê de Acompanhamento da AAE deveria ser formado por quatro tipos de atores, conforme **Figura 1**.

Os representantes governamentais da esfera federal no Comitê de Acompanhamento devem ser os ministérios que têm intervenção significativa na região, com suas autarquias, como o IBAMA. Particularmente, os ministérios de meio ambiente, da integração, dos transportes e das cidades. Os representantes governamentais dos estados devem vir das secretarias de turismo e meio ambiente, mas também das unidades executivas do PRODETUR NE. Os representantes municipais devem ser indicados pelos prefeitos, em particular das secretarias de turismo e meio ambiente, quando existentes. Os membros do *trade* turístico devem emergir dos núcleos gestores municipais e das associações dos principais segmentos.

Da sociedade civil devem estar presentes as organizações mais reconhecidas por seus parceiros e pela população, sobretudo aquelas de caráter ambientalista e pertencentes ou integrantes de redes estaduais ou nacionais. Finalmente, do segmento dos apoiadores técnicos devem se fazer presente o Sebrae, reconhecidamente um dos atores mais ativos no território, e as universidades que têm projeto e intervenções na região.

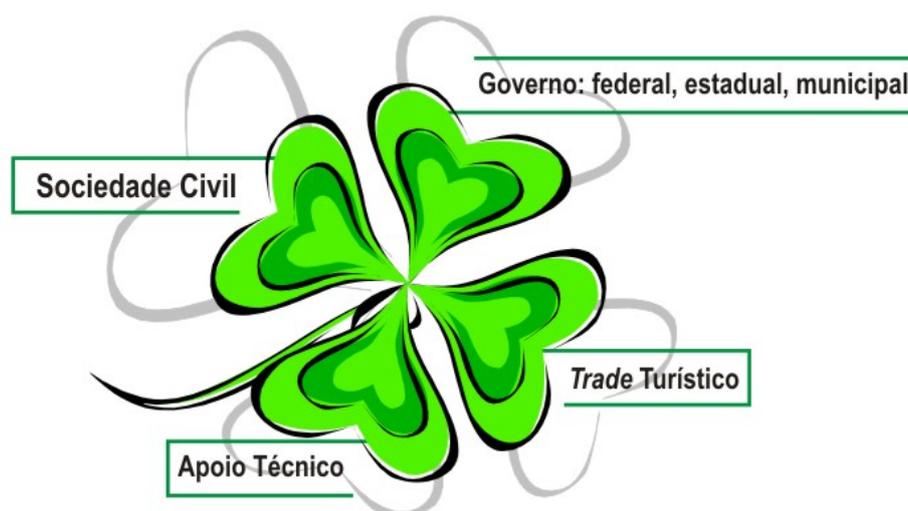


Figura 1 — Componentes do Comitê de Acompanhamento

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ, 2007.

A Costa Norte é um território objeto de mudanças significativas devido à intensificação das atividades turísticas, particularmente nos seus municípios âncoras (Barreirinhas, Parnaíba e Jericoacoara). Nesse território, denso de pequeníssimas organizações, muita pobreza e desigualdades crescentes, o ideal seria iniciar a

montagem do Comitê de Acompanhamento da AAE pelo município. Instância mais perto dos cidadãos. Quando, então, suas múltiplas e micro organizações poderiam ter voz, um número considerável de munícipes poderia participar da reunião, entender o processo, opinar. No entanto, esse é um processo custoso em tempo, em recursos financeiro e humano, que não se dispõe com facilidade. Dessa forma, sugere-se uma forma menos minuciosa, mas capaz de captar a riqueza organizativa do território, de suas diversidades e conflitos, realizando três reuniões estaduais e uma regional.

As reuniões estaduais podem realizar-se sucedaneamente em tempo relativamente curto, na medida em que cada uma está prevista para, no máximo, um dia. Delas deverão emergir os representantes para a reunião regional. Por sua vez, essa é indispensável na medida em que é o espaço em que a região CN como um todo será pensada e o roteiro integrado poderá ser discutido em sua totalidade.

Na reunião estadual todos os municípios devem se fazer presentes, mas o mesmo não poderá ocorrer na reunião regional. Nesse caso, os municípios âncoras devem ter assento assegurado e se possível algum outro município de grande potencialidade de crescimento.

O objeto de discussão das reuniões estaduais não deverá ser o mesmo que o da reunião regional. Nas primeiras, o objeto central será a apresentação do diagnóstico e dos cenários. E seus locais: Barreirinhas, Parnaíba e Jericoacoara. Os comentários e sugestões apresentados durante as reuniões ou enviados para o LIMA/COPPE/UFRJ pelos representantes regionais, no prazo previamente estabelecido (máximo de 10 dias), serão avaliados e incorporados nos citados documentos.

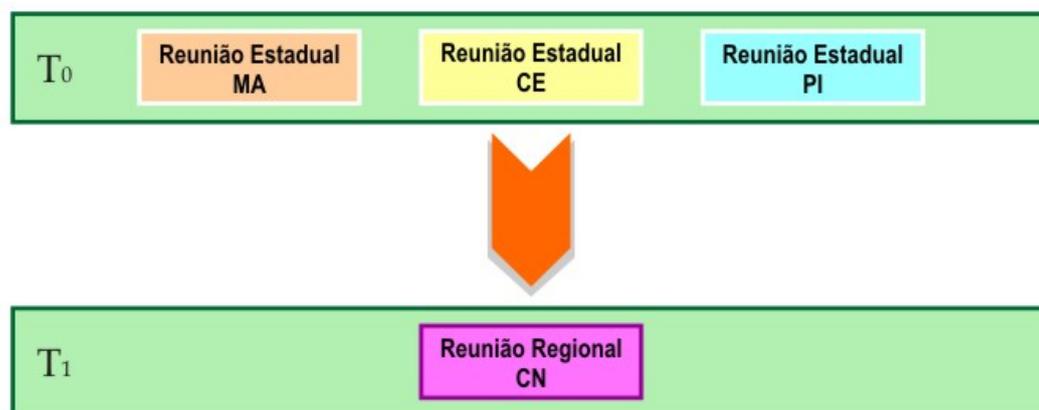


Figura 2 — Reuniões estaduais e regional

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ, 2007.

Na reunião regional, a ser realizada em Parnaíba, uma primeira parte será dedicada a apresentar os resultados das reuniões estaduais e, finalmente, apresentar, com base na versão preliminar do relatório final da AAE, os principais aspectos avaliados quanto ao turismo na CN, com destaque para as conclusões e recomendações centrais que devem ser validados e apropriados pelos participantes. As discussões e sugestões apresentadas serão utilizadas pelo LIMA/COPPE/UFRJ para a revisão final do estudo.

Opcionalmente, poderá ser encaminhada aos participantes da reunião regional uma série de questões a serem consideradas no sentido de contribuir para o adensamento das observações em torno do relatório preliminar, com prazo para manifestação.

Estabelecida a modalidade das reuniões, seus objetivos, data e local, serão definidos quais, dentre os atores identificados, deveriam ser convidados e a forma de convite (e quem faz o convite) e condições de participação, particularmente em relação aos custos.

Sugerimos que o convite seja realizado pelo Ministério de Turismo-LIMA/COPPE/UFRJ, e que sejam, no caso dos segmentos não estatais, objeto de uma sondagem prévia.

Os convidados, após a confirmação de sua participação, deveriam receber, com antecedência, o material objeto de debate na reunião. Esse material deve ser especialmente preparado tendo em vista os objetivos das reuniões e o público a quem se destina, observando forma e conteúdo apropriados.

As reuniões não deveriam ocorrer antes de 10 dias após a emissão dos convites para que as pessoas possam se preparar corretamente. Deve-se considerar que cada reunião irá transcorrer em um dia e meio, para permitir o deslocamento dos participantes e uma interação mínima entre os mesmos. Preferencialmente as reuniões deverão contar com 40 representantes, sendo 15 do setor público, em suas diversas instâncias, 5 do setor de apoio técnico, 10 do terceiro setor e igual número de representantes do empresariado.

Cada uma das reuniões não deveria ter mais do que 45 participantes, para que a participação e o debate envolvessem de fato todos os participantes. As reuniões devem ter uma pauta previamente estabelecida, envolvendo:

- Abertura: boas vindas aos participantes (Ministério do Turismo-LIMA/COPPE/UFRJ) e apresentação dos participantes;
- Sistemática da reunião: objetivos, dinâmica da reunião e produtos esperados;
- Breve informação sobre o instrumento da AAE (o que é), da estratégia adotada para a CN, da estrutura da AAE (Termo de Referência) e dos resultados da AAE: apresentação da equipe LIMA/COPPE/UFRJ;
- Debate;
- Escolha da representação regional
- Indicação dos próximos passos; e
- Encerramento.

Esses passos devem conter a intenção de resposta quanto aos resultados da reunião e a comunicação no andamento dos trabalhos e seus desdobramentos futuros.

Uma questão essencial será a de definir a continuidade do Comitê que, em princípio, deveria se reunir uma vez por ano.

Essa continuidade atribui ao instrumento uma validade e legitimidade importante para a sociedade civil e as diversas esferas governamentais, parceiras do Ministério do Turismo na prática de alcançar um turismo sustentável e inclusivo.



3. Considerações Finais

A partir do extenso envolvimento dos diferentes agentes sociais da CN, os resultados parciais da AAE foram colocados disponíveis em *site* específico da AAE, previamente à realização da reunião regional ou da Consulta Pública, em Parnaíba, e, posteriormente, em Brasília, no MTur (reuniões detalhadas em item específico deste relatório). Dessa forma, a proposta metodológica foi observada, a menos das reuniões prévias nos Estados.